
Jornalismo e Antropologia: confluências possíveis ?¹**Alex Sander Alcântara Lopes de Santana²****Universidade de São Paulo, São Paulo, SP****RESUMO:**

Este artigo pretende apontar confluências entre o trabalho do repórter e do antropólogo, tendo como parâmetro o esforço de compreensão cultural dos fenômenos sociais fomentado pelos estudos antropológicos. A pesquisa parte do diagnóstico de que ainda predominam na produção jornalística contemporânea formas reducionistas na forma como os jornalistas operam os significados da cultura. Nesse sentido, a reportagem ainda tem muito a avançar como prática de produção de sentidos contemporâneos. O estudo expõe as diferenças de relações que a antropologia estabeleceu com as fontes (sujeitos) e tenta apontar caminhos de captação de dados a partir de práticas de observação-experiência para além do registro da fala. Além disso, a pesquisa defende a inclusão da Antropologia como estudos essenciais para a formação profissional do jornalista, ainda demasiadamente focada na formação técnica.

Palavras-chave: Jornalismo; Antropologia; Reportagem; Observação-Experiência; Teorias do Jornalismo

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), no Programa de Ciências da Comunicação.

Uma reportagem pode ser engenhosa no estilo, com linguagem próxima às experiências estéticas da literatura, e igualmente deficiente do ponto de vista epistemológico no esforço de captar e compreender fenômenos, situações e contextos sociais. Um bom texto jornalístico fisga a atenção do leitor pela forma como a linguagem foi construída, mas não raro, uma reportagem pautada apenas nas experiências de linguagem pode camuflar deficiências e fraturas que pouco acrescentam ao entendimento e aprofundamento dos temas abordados. Um romance pode se valer de recursos artísticos para recriar fatos, cenas ou acontecimentos e torná-los verossímeis aos olhos do leitor, estabelecendo uma lógica interna à estrutura da narrativa. Já num trabalho jornalístico as nuances e sutilezas de cada abordagem afloram a partir do envolvimento do repórter com a cena vivida e observada. Um escritor lida com a verossimilhança enquanto um jornalista tem como parâmetro a veracidade.

Este artigo³ pretende apontar confluências entre o trabalho do repórter e do antropólogo, tendo como ideias-chave: (1) o esforço de compreensão cultural dos fenômenos sociais fomentado pelos estudos antropológicos. Nesse sentido, a noção de cultura é uma das primeiras questões relevantes; (2) apontar caminhos de captação de informações a partir da observação-experiência; (3) indicar as diferenças de relações que a antropologia estabeleceu com suas fontes e que podem enriquecer a prática jornalística; (4) explorar as possibilidades de captação para além do registro da fala, caracterizada no jornalismo pelo uso dos verbos dicendi; e (5) esta pesquisa defende a inclusão da Antropologia como estudos essenciais para a formação profissional do jornalista, ainda demasiadamente focada nas noções de técnicas de captação para produção de notícias.

Esta pesquisa parte da análise qualitativa de reportagens publicadas na imprensa, particularmente nos formatos impresso e digital. Ou seja, concentra-se na análise de matérias veiculadas, principalmente, em veículos de circulação nacional, mas não exclui as possibilidades de análise de experiências de produção nos cursos de jornalismo no Brasil. Um dos diagnósticos que estabeleço nessa proposta é o de que reportagem ainda tem muito a avançar do ponto de vista epistemológico como prática de produção de sentidos contemporâneos. Para além da mediação asséptica, a atividade jornalística não ultrapassou as fronteiras dos conhecimentos – principalmente científicos

³ A pesquisa também contempla uma reportagem, que será incorporada à tese, a partir de 2021, já que a pandemia impossibilitou o trabalho de campo este ano.

– e o jornalista atua, de forma predominante, como mero divulgador de saberes científicos ou como aglutinador de discursos especializados. Parto da hipótese de que o trabalho de reportagem pode contribuir para a construção social dos sentidos, noção que encontra terreno fértil e com amplas possibilidades de (re)significados a partir das práticas de observação-experiência, com forte acento nos estudos antropológicos e que no Brasil a essa noção epistemológica vem sendo desenvolvida no jornalismo ao longo de décadas nas pesquisas lideradas por Cremilda Medina.

A atividade jornalística envolve produção de pautas, captação de informações e edição de conteúdo, cujos produtos são comumente notícias e reportagens. A força do jornalismo como produtor de sentidos é mais perceptível através da reportagem, que pode alcançar níveis de profundidade análogos aos do ensaio. Cremilda Medina desenvolveu ao longo da década de 1970, principalmente na obra *A arte de tecer o presente* (2003), quatro noções abrangentes que caracterizam a reportagem jornalística, cujos eixos estão sendo desenvolvidos de forma mais detalhada na minha tese de doutorado, mas aqui apresento de forma condensada. Uma reportagem pode renovar os significados contemporâneos a partir dos fatos abordados ao revelar, no conjunto, (1) o contexto social, que situa a problemática do assunto no tempo e espaço social, com coleta de vários tipos de dados, mas não só estatísticos; (2) a captação de vozes especializadas, com diagnósticos e prognósticos de pesquisadores; (3) a busca das raízes histórico-culturais dos fenômenos analisados, bem como (4) as nuances que emergem do protagonismo anônimo.

Cada noção requer uma ensaística à parte, cuja análise em profundidade se concentra também em apontar as deficiências da prática jornalística contemporânea, ainda muito presa ao que Cremilda Medina denomina de paradigma positivista no jornalismo (2008). Um dos aspectos mais ausentes na prática da reportagem são as nuances que submergem das raízes histórico-culturais. É neste ponto, em particular, que os estudos antropológicos podem contribuir para a enriquecimento da prática jornalística.

O debate acadêmico sobre as afinidades entre jornalismo e antropologia é tímido no Brasil e creio ser também pontual fora do País pelo levantamento que realizei até agora. De que maneira os jornalistas podem se beneficiar dos métodos e abordagens da Antropologia? A questão é levantada pela antropóloga Elizabeth Bird (1987), da Universidade do Sul da Flórida, nos Estados Unidos, no qual analisa como os métodos antropológicos podem enriquecer a prática jornalística.

As semelhanças das práticas de ambas as atividades ocorrem, sobretudo, pela presença do antropólogo e do jornalista no trabalho de campo. A antropologia é acima de tudo uma ciência empírica. Ao discorrer sobre por que optou pela Antropologia no lugar da Filosofia, Lévi-Strauss sublinha a importância dos dados empíricos (às vezes os mais insignificantes) para empreender uma pesquisa.

(...) “não se poderia compreender uma pesquisa qualquer sem ter, de antemão, reunido e verificado todos esses dados (...) não existe princípio geral, diligência dedutiva, que permita antecipar os acontecimentos contingentes de que é feita a história de cada sociedade, as características particulares de cada ambiente que a rodeia, as significações imprevisíveis que ela escolhe dar a este ou aquele acontecimento da sua história, a este ou aquele aspecto do seu habitat, entre todos aqueles que poderia muito bem ter escolhido também para lhes conferir um sentido”. (LÉVI-STRAUSS, 1983, p.151)

O primeiro aspecto a se considerar nessa aproximação de áreas de conhecimento é força que tanto o jornalismo quanto a antropologia podem se valer da leitura cultural. Um princípio central e unificador de todo trabalho etnográfico, sinaliza Elizabeth Bird, é o compromisso com a interpretação cultural. A abordagem mais ampla e cultural fomentada pela antropologia estimularia, em sua concepção, a apreciação de novos padrões e conexões interpretativos, ajudando a mudar a abordagem fragmentária e compartimental no jornalismo.

Um dos aspectos apontados pela antropóloga é a relação que o jornalista estabelece com as fontes, tratadas em grande parte nas abordagens como objetos quantificáveis - e não como sujeitos. A entrevista é obviamente tão importante na antropologia quanto no jornalismo, mas a postura do etnógrafo tende a ser diferente das demais ciências sociais ou das entrevistas tradicionais, ao encará-la como fonte e sujeito da pesquisa. Mas para o jornalista, adverte Bird, a "fonte" é separada da personalidade do indivíduo e vista, muitas vezes, como um "representante", uma unidade que fala por outras unidades semelhantes, e não como um indivíduo. A pesquisadora pontua ainda que, diferentemente do sociólogo, o antropólogo é menos cauteloso quanto aos perigos da subjetividade.

Frequentemente, os jornalistas veem cada entrevista como uma entidade que tem pouca relação com contatos anteriores com a mesma pessoa, com outras entrevistas ou com observações relacionadas à história em particular. Bird propõe que esses contatos podem seguir estratégias múltiplas, podendo ser incorporados em períodos variáveis de observação e de familiarização com a cena social. Além disso, as perguntas a serem feitas

em entrevistas subsequentes devem emergir tanto das impressões colhidas a partir daquela entrevista quanto de hipóteses científicas, a partir de fontes especializadas que estudaram determinado assunto. As conversas posteriores serão investigadas mais profundamente, mas devem estar no contexto de cooperação mútua, em vez de informações unidirecionais, de mão única, e poderiam ser enriquecidas por outras entrevistas e observações informais que são componentes necessários ao trabalho antropológico. Esse processo de relações estabelecido pelo antropólogo com suas fontes contribui para construção do que ela nomeia de rede de significâncias. Essa prática tão central na antropologia pode ajudar os jornalistas, mesmo dentro dos limites impostos pelo tempo e condições de trabalho.

Modo de ser, mo’ dizer

No campo dos estudos sobre jornalismo, as pesquisas lideradas por Cremilda Medina, desde a década de 70, expuseram, entre outros aspectos, algumas deficiências epistemológicas em relação à atividade jornalística. Um dos problemas identificados pela pesquisadora se relaciona com as fontes jornalísticas e com as vozes selecionadas pelos repórteres para captação de informações. Predomina em grande parte na cobertura dos grandes veículos as vozes oficiais, normalmente ligadas a grupos de poder (1986).

Em sua tese de doutorado, de 1986, *Modo de ser, mo’ dizer*, Cremilda Medina questionou a técnica da entrevista no jornalismo, os recursos usados e guiados por uma pretensa imparcialidade, bem como desenvolveu reflexões e noções para construção de uma prática autoral de mediação jornalística. As entrevistas jornalísticas são estilisticamente simbolizadas pelas aspas declaratórias, travessões de pergunta e resposta, seguidas pelos cacoetes “fulano disse”, “beltrano respondeu”, “acrescentou ele”, que representam, em grande parte, marcas linguísticas dos poucos recursos usados na captação do real. As fontes utilizadas na atividade jornalística, em setores específicos, são costumeiramente as mesmas, quase sempre oficiais ou ligadas a pequenos grupos de poder, a exemplo de líderes comunitários, representações de classes, etc.

Outro aspecto fundamental abordado pela pesquisadora diz respeito ao duplo papel do jornalista como mediador: ao mesmo tempo que é um leitor cultural do mundo, um espectador privilegiado, o repórter é um produtor de bens simbólicos (*Povo e Personagem*, 1996). Os jornalistas não enxergam na ideia de cultura a aceção de

produção simbólica e identificam o termo como produção artística e científica, ambas enquadradas como intelectuais e geralmente provenientes dos segmentos sociais de prestígio ou

(..) “no máximo tipificam as manifestações artísticas em cultura de elite, cultura de massa e cultura popular. Falta, no entanto, na mentalidade dos jornalistas, noções mais abrangentes do processo de produção de significados” (MEDINA, 1990, p.193).

A pesquisadora recorre à noção de cultura definida pelo antropólogo Néstor García Canclini, segundo a qual o termo diz respeito a todas as práticas e instituições dedicadas à administração, renovação e reestruturação do sentido (CANCLINI, 1983, p.29). A autora cita como exemplos a forma como o jornalismo trabalha com os significados políticos ou a cultura política, operando noções e conceitos mecanicistas como o papel do Estado, privatização e estatização:

“Em geral, (os jornalistas contemporâneos) transitam como um técnico de produção de sentidos reducionistas (através de fórmula técnica) ingênuos ou ideologicamente toscos; transita também como um ser desenraizado, com sua atenção perceptiva voltada para matrizes culturais estrangeiras” (Ibidem, p. 194)

A atividade jornalística se restringe, na maioria dos casos, à coleta de informações estatísticas e à seleção de vozes que comentarão dados, fatos, pesquisas. A mediação do contexto social se dá numa perspectiva de análise quantificável, na qual os enfoques culturais são tratados como aspectos subjetivos e não científicos. Essa realidade, como já mencionada, ocorre pela visão utilitária que a cultura adquire durante a formação puramente técnica. Na formação de jornalista deve, pois, ter um peso ponderável o projeto de sensibilização e pesquisa dos traços culturais de um povo.

Nesse sentido, defendo os estudos antropológicos como essenciais na formação de um jornalista, na medida em que as pesquisas nessa área fornecem um rico material, além de ferramentas muito próximas ao trabalho jornalístico. Além disso, as raízes histórico-culturais de um povo compõem uma das vertentes defendidas aqui para o estudo da reportagem.

A formação e as raízes histórico-culturais do brasileiro foram esmiuçadas por historiadores, sociólogos, antropólogos e também por romancistas que se debruçaram para entender os sentidos que caracterizam a sociedade brasileira, bem como os perfis e

tipos presentes no nosso imaginário. Mas a antropologia - particularmente Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro, Roberto DaMatta, – lançaram luzes sobre os traços e características do povo brasileiro. A ideia de ser pacífico, festeiro, cordial, mestiço se aglutina à de um povo com ética flexível, na comparação com outros povos.

Ao eleger a Casa & a Rua como categorias sociológicas para sua análise, Roberto DaMatta pontua que as palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis e é possível ler o Brasil de um ponto de vista da casa, da perspectiva da rua e do ângulo do outro mundo. A tese central da obra de DaMatta, composta de quatro ensaios, é de que a sociedade brasileira é relacional - um elemento estrutural na formação do brasileiro. No Brasil, a relação é um dado básico de todas as situações, pois isso

“permite compreender como as mediações dos conflitos engendram uma prática de gradações (..) Assim, conseguimos ser liberais e manter nossos escravo do mesmo modo que não somos o que dizemos na rua com o que somos em casa” (DAMATTA, 2000, p. 105)

Esse dado estruturante teria formado uma sociedade dotada de éticas múltiplas. Enquanto nos Estados Unidos a sociedade tem um código dominante que orienta todas as esferas da vida social, no Brasil há códigos específicos para cada esfera que a sociedade tem como básica:

“somos uma pessoa em casa, outra na rua e ainda outra na igreja, terreiro ou centro espírita. Nossa lógica é relacional no sentido de que estamos sempre querendo maximizar as relações e a inclusão criando com isso zonas de ambiguidades permanentes” (Ibidem, p. 106)

Conforme o antropólogo brasileiro, o estudo das relações permite ultrapassar aquela visão tradicional da identidade nacional como caráter ou traço. O valor básico fundamental no País, pontua DaMatta, é relacionar, juntar, confundir, concilia. Ficar no meio, descobrir a mediação e estabelecer a gradação, incluir (jamais excluir). Nesse sentido, o que tipifica o caso brasileiro, analisa o antropólogo, seria essa institucionalização ou autonomização do relacionamento (...) entre nós em vez de haver decisão em nível das partes em conflito, há sempre uma decisão em nível de elos.

DaMatta dialoga, guardando as devidas ressalvas para cada autor, com as ideias de Roberto Schwarz e com as de Darcy Ribeiro, entre outros autores. Em *Ao Vencedor as batatas* (1977), livro focado nas análises das obras de Machado de Assis e

de José Alencar, Schwarz ressalta a prática do favor como uma instituição no Brasil. Em outra abordagem, em *O Povo Brasileiro*, Darcy Ribeiro contextualiza uma prática indígena de incorporar estranhos à comunidade, o cunhadismo, também caracterizada por ele como “instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro”. Segundo Darcy, a função do cunhadismo foi fazer surgir a numerosa camada de gente mestiça que efetivamente ocupou o Brasil. Sem essa prática, seria impraticável a criação do Brasil (DARCY, 1995, p. 63)

A produção como intenção cultural

O significado é a propriedade específica da pesquisa antropológica, segundo o antropólogo Marshall Sahlins. Para ele, as culturas são ordens de significado de pessoas e coisas. No diálogo que abre com as teorias marxistas, Sahlins critica o materialismo histórico e salienta que os costumes não são simplesmente utilizações fetichizadas e defende a interpretação simbólica da cultura além do utilitarismo.

Ao recorrer às análises de Marx sobre a lógica de produção – governada pela forma mercadoria e pelo valor de troca – Sahlins argumenta que a produção continua como valor de uso. É algo maior e diferente de uma prática lógica de eficiência material. A produção é uma intenção cultural.

“é crucial que se note que o significado social de um objeto, o que o faz útil a uma certa categoria de pessoas é menos visível por suas propriedades físicas que pelo valor que pode ter na troca. O valor de uso não é menos simbólico ou menos arbitrário que o valor-mercadoria. Porque a “utilidade” não é uma qualidade do objeto, mas uma significação das qualidades objetivas”. (SAHLINS, 2003, p. 169)

Sahlins avança para uma explicação cultural da produção como a realização de um esquema simbólico. Sem o consumo, o objeto não se completa como um produto. Uma casa desocupada não é uma casa, ao enfatizar que o valor de uso não pode ser compreendido especificamente no nível natural de necessidades e desejos.

Para embasar sua tese de razão cultural, Sahlins analisa, entre outros aspectos, os hábitos alimentares da sociedade americana e estabelece algumas conexões significativas nas distinções categóricas de comestibilidade entre cavalos, cachorros, porcos e bois. O tabu sobre o consumo de carnes de cachorros e cavalos se apresenta na sociedade americana (também em outras) como inimagináveis, mas a produção desses

animais para o abate seria possível e o valor nutricional da carne de cachorro ou de cavalo não deveria ser desprezado do ponto de vista nutricional.

A razão para essa repulsa é que cachorros e cavalos participam da sociedade americana na condição de sujeitos, tratados como membros da família, com nomes próprios e com quem conversamos. Como coabitantes domésticos, os cachorros são mais próximos do homem que os cavalos, assinala Sahlins, e consumi-los seria inimaginável.

Para além da visão: os cinco sentidos

As formas reducionistas como os jornalistas operam os significados da cultura ainda predominam na produção contemporânea. Daí resulta, possivelmente, a incapacidade de o jornalismo articular nexos para criação de sentidos. O fato é que, conceitualmente, o fenômeno jornalístico ao longo do seu desenvolvimento nas sociedades urbano-industriais adquiriu dimensão mais complexa e estrutural diante da contribuição antropológica que teve no trabalho de campo um dos seus pilares.

A proposta de aproximação entre as duas áreas não parte da defesa do método de “observação participante”, esboçado principalmente por Bronislaw Malinowski (1884-1942) e que constitui, em grande parte, um avanço e uma resposta aos “antropólogos de gabinetes” da corrente evolucionista, como Lewis Henry Morgan (1818-1881), Edward Burnett Tylor (1832-1917) e James George Frazer (1854-1941).

Ao descrever o método etnográfico, Malinowski ressalta a importância de se registrar o que chama de “imponderáveis da vida real”. Existem uma série de fenômenos de grande importância que não pode ser registrada mediante indagações ou documentos, mas deve ser observada em sua plena realidade:

“entre eles incluem coisas como a rotina de trabalho de um homem, os detalhes de seu cuidado com o corpo, a maneira de consumir o alimento e prepará-lo (...) vigência de fortes amizades, hostilidades, simpatias e antipatias passageiras entre as pessoas; a maneira sutil, mas inconfundível, como vaidades e ambições pessoais refletem no comportamento do indivíduo e nas reações emocionais daqueles que o cercam (MALINOWSKI, 2016, p. 109)

Bird (1988) defende a prática etnográfica como ferramenta que pode ajudar e enriquecer o trabalho dos jornalistas, mesmo dentro dos limites impostos pelo tempo e

condições de trabalho. A etnografia foi questionada quanto à validade científica do método. O fato é que tanto a antropologia quanto o jornalismo lidam com sistemas dinâmicos de análises. A pesquisa de campo não tem um momento certo para começar e acabar. (PEIRANO, 2014, p. 377)

Ao definir a etnografia, Clifford Geertz insere a discussão sobre a prática etnográfica e enfatiza que essa questão não é de métodos.

“praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma "descrição densa", tomando emprestada uma noção de Gilbert Ryle (GEERTZ, 2008, p. 4)

Essa ‘descrição densa’, resultado do trabalho etnográfico, também é possível na atividade jornalística. As quatro noções que compõem os eixos epistemológicos de uma reportagem (contexto social, vozes especializadas, raízes-histórico-culturais e protagonismo anônimo) seriam enriquecidas em profundidade (e autoria) com a prática da observação-experiência: não só com predominância da visão, mas empregando os cinco sentidos (MEDINA, 2016)

Estabelecer alguns paralelos entre o trabalho do jornalista e do antropólogo se esbarraria no problema das condições de trabalho jornalístico, nos objetivos que separam cada profissão e, principalmente, na discussão crucial do tempo para execução. As semelhanças do trabalho do jornalista com a do sociólogo ou antropólogo são “uma comparação enganosa”, numa perspectiva crítica à minha proposta. Porque, enquanto o antropólogo ou mesmo sociólogo é um pensador com condições para propor os problemas epistemológicos de seu próprio trabalho

“o jornalista seria um homem de ação que deve produzir um discurso com as limitações do sistema produtivo no qual está inserido. Pois é claro que não se pode sugerir o ‘diálogo possível’ para uma atividade necessariamente marcada por um ritmo veloz, distinto do tempo lento da pesquisa”. (MORETZSOHN, 2007, p. 153)

Nessa perspectiva crítica, as reportagens (também livros-reportagem) que investem nesse relato feito por dentro, a partir da experiência vivida, costumam ter grande sucesso, “mas constituem uma espécie de variação empobrecida da técnica da observação participante comum a estudos etnográficos”. A aposta na vivência, segundo Moretzsohn,

revelaria a simplificação corrente no trabalho jornalístico. O alto grau de comunicabilidade desses relatos frequentemente “esgota-se na descrição de situações capazes de comover o público, sem alcançar um nível de argumentação que leve a questionar por que as coisas são como são” (Ibidem, p. 162).

Não se trata aqui de defender a ideia cristalizada e romantizada de o repórter se travestir de outros atores sociais para vivenciar o cotidiano de uma determinada comunidade ou situação específica. Alguns assuntos exigem, de fato, um maior envolvimento de tempo e condições para o trabalho adequadas. O que se discute, contudo, são as estratégias de aproximação e distanciamento com as fontes e um olhar diferenciado sobre a prática jornalística, uma comunhão entre técnica, ética e estética (MEDINA, 2003).

Um exemplo recente de que o fator tempo não representaria uma barreira para a produção de matérias nas quais se exercite a prática da observação-experiência é o texto da colunista Mônica Bergamo, publicado na Folha (09/10/2019). Com o título “O triste dia de Rodrigo Janot”, a colunista narra o lançamento do livro “Nada menos que tudo”, do ex-procurador-geral da República, em São Paulo. A sequência de notas expõe o incômodo silêncio de Janot durante o lançamento na capital paulista. Havia uma expectativa de muitos convidados, mas às 20h, não havia mais fila e a cerimônia acabou uma hora e meia antes do previsto.

Mônica Bergamo se vale da observação meticulosa para narrar o que teria se passado num intervalo de tempo de meia-hora, entre 20h e 20h30, quando Janot vai embora sem falar com jornalistas. Os detalhes captados pela jornalista são fundamentais para reconstituir a cena que ninguém viu e que um registro puramente objetivo não seria capaz de reconstituir os fatos vivenciados por poucos.

O que chama a atenção é que a sequência de notas consegue captar a tensão da cena vivida por Rodrigo Janot. O conflito representado pela sequência de silêncios, pela conversa fática com assessores, pelo gesto impaciente no manuseio da caneta, a consulta angustiada por três vezes ao relógio num espaço de 30 minutos. A descrição do dia de fracasso de Janot, ocorre sem declarações do ex-procurador à imprensa, mas a linguagem não verbal, os detalhes de gestos e ações desconstruídas são muito reveladores de um contexto maior.

No mínimo, o registro abre um leque de significados para além da abordagem quantitativa: as matérias de outros veículos dão conta da quantidade de livros vendidos

e de convidados presentes no lançamento. Qual a necessidade da presença do jornalista no lançamento do livro de Janot quando a cobertura não avança em níveis de profundidade? As notas de Mônica Bergamo são um exemplo, entre muitos outros, de que é a observação-experiência que pode enriquecer a atividade jornalística.

Ao descrever cenários, pessoas, ritualísticas sociais corriqueiras, o repórter expõe, nas relações simbólicas, o universo das ideias, opera com o imaginário coletivo e lida (?) com comportamentos culturais, a partir dos dados de realidade. O trabalho do jornalista não consiste apenas em anotar, gravar, fotografar e coletar informações, mas em decidir quais são os fatos significativos para articulá-los. De que forma é possível atingir um grau satisfatório de compreensão dos fenômenos sociais no jornalismo? É possível que existam alguns caminhos. O conhecimento antropológico pode ser um deles.

Referências

- BIRD, S. Elizabeth. **The Journalist as ethnographer?: how anthropology can enrich journalistic practice**. University of Florida, EUA, Journalism Educator, 1987.
Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/319968557_The_journalist_as_ethnographer_How_anthropology_can_enrich_journalistic_practice
- Grindal, B. T., & Rhodes, R. (1986). **Journalism and Anthropology Share Several Similarities**. The Journalism Educator, 41(4), 4–33. doi:10.1177/107769588604100401
- CANCLINI, Néstor García. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- DaMatta, Roberto. **A Casa & a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 6ª edição, 2000.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 51ª edição revisada. São Paulo: Global, 2006.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LEVI-STRAUSS, Claude. **O olhar Distanciado**. Lisboa: Edições 70, 1983.
- _____. **O Cru e O Cozido**. Trad. Beatriz Perrone Moisés. São Paulo, Cosac & Naify, 2004.
- Marsahall Sahlins. **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro, Zahar, 2003.

MEDINA, Cremilda. **Jornalismo e Epistemologia da Complexidade**. In: Novo Pacto da Ciência: A crise de Paradigmas. Anais. São Paulo: ECA/USP, 1991.

_____. **Ciência e Jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo, Summus, 2008.

_____. **Ato presencial: Mistério e Transformação**. São Paulo, Casa da Serra, 2016.

_____. **Povo e personagem**. Canoas (RS), Ed. Da Ulbra, 1996.

_____. **Notícia, um produto à venda: Jornalismo na sociedade urbana e industrial**. São Paulo, Summus, 1978.

_____. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo, Ática, 1986.

MORETZSOHN, Sílvia. **Pensando contra os fatos. Jornalismo e Cotidiano: do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro, Revan, 2007

PEIRANO, Mariza. **Etnografia não é método**. Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832014000200015>

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**. 3ª Edição. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo, Global, 2015.